

**CrediSIS Sudoeste/RO – Cooperativa de Crédito e Investimento do
Sudoeste de Rondônia**

Demonstrações financeiras em 30 de junho de 2024

CrediSIS Sudoeste/RO – Cooperativa de Crédito e Investimento do Sudoeste de Rondônia**Demonstrações financeiras de 30 de junho de 2024.**

Sumário	
Balancos patrimoniais	3
Demonstrações do resultado	4
Demonstrações do resultado abrangente	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8
1 Contexto operacional	8
2 Apresentação das demonstrações financeiras	8
3 Resumo das principais práticas contábeis	11
4 Caixa e Equivalentes de Caixa	16
5 Títulos e valores mobiliários	16
6 Relações Interfinanceiras de Liquidez	16
7 Operações de Crédito	17
8 Outros Ativos Financeiros	18
9 (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	19
10 Outros Ativos	20
11 Imobilizado de uso e intangível	20
12 Depósitos	21
13 Recursos de aceite e emissão de títulos	21
14 Relações Interfinanceiras	22
15 Outras Obrigações	23
16 Passivos Contingentes	23
17 Patrimônio Líquido	23
18 Rendas de operações de crédito	24
19 Ingressos de prestação de serviços e tarifas	24
20 Dispêndios de pessoal e honorários	25
21 Dispêndios administrativos	25
22 Outros ingressos e receitas operacionais	25
23 Outros dispêndios operacionais	26
24 Outras receitas e despesas	26
25 Partes Relacionadas	26
26 Índice de Basileia	28
27 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de Riscos	29
28 Seguros contratados	31

CrediSIS Sudoeste/RO – Cooperativa de Crédito e Investimento do Sudoeste de Rondônia

Balancos patrimoniais

Em 30 de junho de 2024 e em 31 de dezembro 2023

Em reais

Ativo	Nota	30/06/2024	31/12/2023	Passivo		30/06/2024	31/12/2023
Disponibilidades	4	878.230	984.567	Depósitos	12	97.590.717	80.253.365
Instrumentos financeiros		173.413.015	141.852.581	Demais instrumentos financeiros		43.656.461	30.567.162
Títulos e valores mobiliários	5	6.597.145	6.406.579	Recursos de aceite e emissão de títulos	13	28.387.658	21.167.691
Relações interfinanceiras	6	54.172.932	24.177.520	Relações interfinanceiras	14	15.106.766	9.271.484
Relações interdependências		140.000	80.000	Obrigações por empréstimos e repasses		12.000	-
Operações de crédito	7	111.455.848	110.579.616	Outros passivos financeiros		150.037	127.987
Outros ativos financeiros	8	1.047.090	608.866	Obrigações fiscais correntes e diferidas		182.991	334.188
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(10.012.064)	(6.568.916)	Outros passivos	15	3.131.968	3.123.079
Ativos fiscais correntes e diferidos		33.272	28.177			144.562.137	114.277.794
Outros ativos	10	1.957.078	1.880.352	Patrimônio líquido	17		
Imobilizado de uso	11	4.683.447	4.415.515	Capital social		18.841.464	17.710.923
Intangível	11	144.770	113.248	Reservas de sobras		7.373.273	7.373.273
(-) Depreciações e amortizações	11	(2.453.125)	(2.297.583)	Sobras/Perdas acumuladas		(2.132.251)	1.045.951
						24.082.486	26.130.147
Total do ativo		168.644.623	140.407.941	Total do passivo e patrimônio líquido		168.644.623	140.407.941

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CrediSIS Sudoeste/RO – Cooperativa de Crédito e Investimento do Sudoeste de Rondônia
Demonstrações do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

Em reais

		30/06/2024	30/06/2023
Ingressos e receitas da intermediação financeira		14.817.962	13.243.754
Operações de crédito	18	12.989.436	10.615.004
Ingressos de depósitos intercooperativos		1.828.526	2.628.750
Dispêndios e despesas da intermediação financeira		(10.292.183)	(7.022.536)
Operações de captação no mercado	12	(4.153.272)	(4.795.154)
Operações de empréstimos e repasses	14	(723.514)	(5.115)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(5.415.397)	(2.222.267)
Resultado bruto da intermediação financeira		4.525.779	6.221.218
Outros ingressos e receitas/dispêndios e despesas operacionais		(5.686.676)	(4.580.500)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	19	1.431.905	1.178.184
Rendas de tarifas	19	18.567	26.806
Dispêndios e despesas de pessoal	20	(3.555.240)	(2.889.347)
Outros dispêndios e despesas administrativas	21	(4.255.421)	(4.392.979)
Dispêndios e despesas tributárias		(12.188)	(8.995)
Outros ingressos e receitas operacionais	22	738.229	1.771.456
Outros dispêndios e despesas operacionais	23	(52.528)	(265.625)
Resultado operacional		(1.160.897)	1.640.718
Outras receitas e despesas	24	(33.489)	(116.809)
Sobras ou perdas antes da tributação e participações		(1.194.386)	1.523.909
Imposto de renda e contribuição social		-	(172)
Imposto de renda sobre atos não cooperados		-	(86)
Contribuição social sobre atos não cooperados		-	(86)
Sobras ou perdas do período antes das destinações e dos juros ao capital		(1.194.386)	1.523.737
Juros ao capital		(937.865)	(1.012.555)
Sobras ou perdas do período antes das destinações		(2.132.251,00)	511.182

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CrediSIS Sudoeste/RO – Cooperativa de Crédito e Investimento do Sudoeste de Rondônia**Demonstrações do resultado abrangente**

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

Em reais

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Sobra líquida dos semestres	<u>(1.194.386)</u>	<u>1.523.737</u>
Outros Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado Abrangente dos semestres	<u><u>(1.194.386)</u></u>	<u><u>1.523.737</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CrediSIS Sudoeste/RO – Cooperativa de Crédito e Investimento do Sudoeste de Rondônia

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

Em reais

	Capital social	Reserva legal	Sobras ou perdas acumuladas	Totais
Saldos em 01/01/2023	15.877.657	5.935.090	146.996	21.959.743
Ajustes de exercícios anteriores			141	141
Destinações das sobras do exercício anterior:				
Ao capital	146.996		(146.996)	-
Movimentação de capital:				
Por Subscrição/realização	217.599			217.599
Por devolução (-)	(815.762)			(815.762)
Sobras do período antes das destinações e dos juros ao capital			1.523.737	1.523.737
Remuneração de juros sobre o capital próprio:				
Provisão de juros sobre o capital próprio			(1.012.555)	(1.012.555)
Saldos em 30/06/2023	15.426.490	5.935.090	511.323	21.872.903
Saldos em 01/01/2024	17.710.923	7.373.273	1.045.951	26.130.147
Destinações das sobras do exercício anterior:				
Ao capital	1.021.683		(1.021.683)	-
Sobras a Distribuir			(24.268)	(24.268)
Movimentação de capital:				
Por Subscrição/realização	546.273			546.273
Por devolução (-)	(437.415)			(437.415)
Perdas do período antes das destinações e dos juros ao capital			(1.194.386)	(1.194.386)
Remuneração de juros sobre o capital próprio:				
Provisão de juros sobre o capital próprio			(937.865)	(937.865)
Saldos em 30/06/2024	18.841.464	7.373.273	(2.132.251)	24.082.486

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CrediSIS Sudoeste/RO – Cooperativa de Crédito e Investimento do Sudoeste de Rondônia
Demonstrações dos fluxos de caixa

Semestres findos em 30 de junho

Em reais

	30/06/2024	30/06/2023
Sobras ou perdas antes da tributação e participações	(1.194.386)	1.523.909
Ajuste de exercícios anteriores	-	141
Provisões/reversões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.415.397	2.222.267
(Ganho)/perdas por baixas de imobilizado	(61.195)	(2.137)
Depreciações e amortizações	159.822	183.934
Outros ajustes		
Sobras antes da tributação e participações ajustado	4.319.638	3.928.114
Aumento (redução) em ativos operacionais		
Títulos e valores mobiliários	(190.566)	(1.225.150)
Relações interfinanceiras	(463.080)	(1.049.449)
Operações de crédito	(2.999.299)	(525.517)
Outros ativos financeiros	(287.406)	(913.527)
Ativos fiscais correntes e diferidos	(5.095)	(3.959)
Outros ativos	(76.726)	(587.046)
Aumento (redução) em passivos operacionais		
Depósitos	17.337.352	7.114.646
Recursos de aceite e emissão de títulos	7.219.967	2.841.527
Relações interfinanceiras	5.835.282	821.661
Obrigações por empréstimos e repasses	12.000	-
Outros passivos financeiros	22.050	58.667
Obrigações fiscais correntes e diferidas	(151.197)	(11.910)
Outros passivos	(928.976)	(776.506)
Imposto de renda	-	(86)
Contribuição social	-	(86)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	29.643.944	9.671.379
Atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado de uso	(211.017)	(234.450)
Aquisição de intangível	(31.522)	(30.061)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	(242.539)	(264.511)
Atividades de financiamentos		
Aumento por novos aportes de capital	546.273	217.599
Devolução de capital à cooperados	(437.415)	(815.762)
Juros sobre o capital próprio, líquido	-	(1.012.555)
Sobras a Distribuir	(24.268)	-
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamentos	84.590	(1.610.718)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	29.485.995	7.796.150
Modificações líquidas de caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	25.010.891	43.285.866
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	54.496.886	51.082.016
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	29.485.995	7.796.150

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CrediSIS Sudoeste/RO – Cooperativa de Crédito e Investimento do Sudoeste de Rondônia

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023
Em reais

1 Contexto operacional

A CREDISIS SUDOESTE/RO - Cooperativa de Crédito e Investimento do Sudoeste de Rondônia Ltda. (Cooperativa), foi constituída em 26 de abril de 2000, está sediada na Rua Barão de Melgaço, nº 4.799, centro, em Rolim de Moura RO e adquiriu personalidade na data de 10 de agosto de 2000, através do registro sob o nº 03.985.375/0001-46.

Tem por objetivo o desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações segundo a regulamentação em vigor; prover, através da mutualidade, assistência financeira que atenda às necessidades específicas dos associados, buscando apoiar e aprimorar a produção, a produtividade e a qualidade de vida, bem como comercialização e a industrialização dos bens produzidos, além da formação educacional de seus cooperados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

Podem se associar à Cooperativa todas as pessoas naturais que concordem com o Estatuto Social e preencham as condições nele estabelecidas e sejam pessoas físicas que residam ou exerçam atividade a área de atuação da Cooperativa, que tenham vínculo com a Cooperativa ou com algum de seus associados, independentemente do local onde residam ou exerçam atividade; pessoas jurídicas, sediadas na área de ação da Cooperativa, inclusive seus sócios e administradores, que tenham vínculo com a Cooperativa ou com algum de seus associados, independentemente do local onde estejam estabelecidas; pais, cônjuge ou companheiro, viúvo, filho e dependente legal; pensionistas de associados vivos ou de falecidos que preencham as condições estatutárias de associação

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Resolução CMN nº 4.434/2015, de 5 de agosto de 2015, do Banco Central do Brasil (BACEN). É filiada à CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda

2 Apresentação das demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 31 de agosto de 2023, as quais são de sua responsabilidade e foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil – BCB, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020 que regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram observadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BCB e a legislação

aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, com alterações pela Lei Complementar nº 130/2009.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em períodos anteriores e atual, mas que entraram em vigor no primeiro semestre de 2023:

Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022: a norma revogou a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda. O impacto resumiu-se na análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento.

Resolução CMN nº 5.051, de 25 de novembro de 2022: dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito. Em suma, consolida em ato normativo único sobre práticas atribuíveis às cooperativas filiadas, cooperativas centrais e confederações de crédito.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa Central:

A Resolução CMN n.º 4.966, de 25 de novembro de 2021, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, assim como as diretrizes para o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) por instituições financeiras e outras entidades autorizadas pelo Banco Central do Brasil. O objetivo é reduzir as disparidades entre as normas contábeis do COSIF e os padrões internacionais.

Em 23 de Novembro de 2023 o Banco Central divulgou a Resolução BCB nº 352, que estabeleceu procedimentos contábeis sobre a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros (teste de "SPPJ"), metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito (metodologia simplificada), e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas.

Adicionalmente, Banco Central do Brasil reestruturou o elenco de contas do COSIF, estabelecendo novas estruturas e limitando os níveis de agregação das contas. Os pontos mencionados foram publicados pelo órgão nos seguintes normativos:

- i) **Resolução BCB nº 255**, de 1 de novembro de 2022: trata da estrutura do elenco de contas do **Cosif**;
- ii) **Instrução Normativa BCB nº 318**, de 4 de novembro de 2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do **Cosif**;
- iii) **Resolução BCB nº 320**, de 31 de maio de 2023: define o limite de níveis de agregação do elenco de contas do **Cosif**.; e
- iv) **Instrução Normativa BCB nº 426** de 1/12/2023 alterada pela Instrução Normativa 493 de 26 de julho de 2024: define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (**Cosif**).

Para cumprimento das novas regras, foi criado um projeto institucional cuja análise e execução serão realizadas por integrantes das áreas de contabilidade, risco, compliance, supervisão, comercial e tecnologia do sistema CrediSIS com anuência do Conselho de Administração, conforme determina o artigo 76. Diante da magnitude da Resolução em análise e o impacto contábil, com a revogação de 19 normativos, em especial a revogação da Resolução CMN Nº 2.682/99 que dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, o sistema CrediSIS irá dividir o projeto em etapas a fim de possibilitar uma transição mais eficiente, buscando pontos de assimetria com a política atual adotada pela cooperativa, levando em consideração as modificações necessárias no sistema de tecnologia e desenhando atividades, responsáveis e prazos para adequação de sistema e processos de trabalho às medidas apresentadas até 1º de janeiro de 2025, data em que a Resolução entrará em vigor. Considerando a data de implantação da citada resolução o CrediSIS criou um cronograma contendo as etapas até sua entrada em vigor, sendo:

- **Etapa 1 (2024):** Englobaram atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações originadas pela Resolução 4.966/21, mapeamento das áreas e dos sistemas internos impactados, entrevistas com as áreas afetadas, revisão dos checklists de conformidade e dimensionamento as ações necessárias, incluindo atividades, responsáveis, prazos e dependências internas ou externas.
- **Etapa 2 (2024):** O escopo do projeto incluiu a identificação de não conformidades em relação aos requisitos da resolução, a avaliação da arquitetura dos sistemas de tecnologia, o entendimento da aderência às necessidades de cálculo, controle e contabilização, e a análise do modelo de perdas esperadas.
- **Etapa 03 (2024):** Conclusão do estudo com a área de tecnologia da informação para levantamento dos pontos de alteração do Sistema de Tecnologia ERP e demais sistemas ligados e/ou aquisição(ões) complementar(es), caso necessário.
- **Etapa 04 (2024):** Disponibilização da versão de teste do sistema.

- **Etapa 05 (2024):** Conclusão dos testes do sistema pelas áreas de contabilidade, risco, supervisão e negócios.
- **Etapa 06 (2024):** Disponibilização da versão final do sistema de tecnologia.
- **Etapa 07 (2024):** Análise dos impactos estimados sobre o resultado e posição financeira da instituição com a implementação da regulação contábil estabelecida na Resolução CMN Nº 4.966/21

Os impactos completos serão divulgados em forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela Cooperativa Central e serão considerados até a data da vigência do normativo. Entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

2.2 Continuidade dos negócios

A administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência. Sobre o resultado de eventuais operações realizadas com não cooperados (ato não cooperativo) são apurados e

recolhidos os impostos devidos. Os resultados destas operações são levados à conta do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES, conforme previsto na Lei nº 5.764/1971.

b) Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das práticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento e com risco insignificante de valor.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários

Registrados pelo valor de aplicação e classificados conforme a intenção da administração da Cooperativa Central em mantê-los até o vencimento, são atualizados pelos rendimentos pactuados auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado. As aplicações interfinanceiras e parte dos títulos e valores mobiliários garantem operações de repasses de recursos de crédito rural e produtos financeiros operados com instituições financeiras oficiais, entre eles, compensação, cartão de crédito e débito e correspondente bancário.

A Circular BCB nº 3.068/2001, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

e) Relações interfinanceiras – Repasses interfinanceiros e operações de crédito

Para singular: Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

f) Operações de crédito

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados. Para as operações vencidas há mais de 60 dias, os juros permanecerão em rendas a apropriar, até a liquidação da operação.

g) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Sobre as perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a administração da Cooperativa constituiu provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, com base em critérios consistentes e verificáveis, amparados por informações internas e externas, pelo menos em relação ao devedor e seus garantidores (situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito) e, em relação à operação (natureza e finalidade, características das garantias com suficiência de liquidez e valor), conforme determina a Resolução CMN nº 2.682/1999, que classifica as operações em nove níveis de risco (de AA a H).

h) Imobilizado de uso

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 – Ativo imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/2016.

i) Intangível

Corresponde aos ativos não monetários, identificáveis, controláveis e sem existência física, adquiridos e destinados para utilização da Cooperativa na manutenção de suas atividades e na geração de benefícios econômicos futuros. Estão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição, e a amortização é reconhecida mensalmente, a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil econômica dos bens ativos, revistas no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.534/2016.

j) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado, o ativo intangível e os outros ativos não circulantes são revistos anualmente de acordo com os critérios definidos pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/2008, revogado pela Resolução CMN nº 4.924/2021, para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou ainda sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

k) Depósitos

Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos a prazo pré-fixados são registrados pelo valor futuro, retificado pela conta de dispêndios a apropriar; e os depósitos pós-fixados são atualizados até a data do balanço, observados os índices contratados.

l) Relações interfinanceiras - passivo

São atualizadas pelos encargos contratados incorridos até a data do balanço.

m) Demais ativos e passivos

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela administração da Cooperativa quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer à instâncias superiores e a experiência histórica. As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de provisões e passivos contingentes estão de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009. A administração da Cooperativa revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes.

o) Imposto de renda e contribuição social

A Cooperativa está sujeita à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL quando auferir resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo. A Cooperativa está sujeita ao recolhimento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN, sobre as receitas auferidas com atos não cooperativos. A alíquota aplicada varia de 2% a 5%, de acordo com a legislação vigente de cada município.

p) Partes relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

q) Resultados recorrentes e não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

r) Instrumentos financeiros

A Cooperativa opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 30 de junho de 2023 e 2022, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2024.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

As disponibilidades e as relações interfinanceiras são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa.

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Disponibilidades		
Caixa e depósitos bancários	878.230	984.567
Relações interfinanceiras (nota 6)	53.478.656	23.946.324
Relações interdependências	140.000	80.000
	<u>54.496.886</u>	<u>25.010.891</u>

5 Títulos e valores mobiliários

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Participações em cooperativas (i)	<u>6.597.145</u>	<u>6.406.579</u>

- (i) Trata-se de participação na Central no Sistema CrediSIS. A partir de 1º de julho de 2022 os saldos de participações de cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP, passaram a compor o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Instrução Normativa BCB nº 269/2022. Essas participações são registradas pelo valor do custo de aquisição, conforme Resolução CMN nº 4.817/2020.

6 Relações Interfinanceiras de Liquidez

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Direitos junto ao sistema de liquidação	694.276	231.196
Centralização financeira	53.478.656	23.946.324
	<u>54.172.932</u>	<u>24.177.520</u>

- (i) Refere-se aos depósitos efetuados na centralização financeira da CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda. determinado no artigo 24 da Resolução CMN nº 4.434/2015. Possui remuneração de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em 30 de junho de 2024, foram registrados R\$ 1.828.526 (R\$ 2.628.750 em 30 de junho de 2023) no resultado os rendimentos em ingressos de depósitos intercooperativos.

7 Operações de Crédito
a. Composição por tipo de operação e prazo de vencimento

Descrição	30/06/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não		Circulante	Não	
		circulante	Total		circulante	Total
Empréstimos e direitos creditórios descontados	57.701.844	33.833.095	91.534.939	71.514.019	23.415.869	94.929.888
Financiamentos	2.386.785	2.511.312	4.898.097	3.646.339	2.672.700	6.319.039
Financiamentos rurais	9.897.790	5.125.022	15.022.812	1.897.361	7.433.328	9.330.689
	69.986.419	41.469.429	111.455.848	77.057.719	33.521.897	110.579.616

Foi registrado no resultado do primeiro semestre de 2024, em ingressos da intermediação financeira – operações de crédito, rendimentos no montante de R\$ 12.498.441 (R\$ 10.282.833 em 30 de junho de 2023). (nota 18)

b. Composição por nível de risco e situação de vencimento

Nível de risco	Provisão %	30/06/2024			31/12/2023		
		Vencidas	Vincendas	Total	Vencidas	Vincendas	Total
AA	-	-	-	-	-	-	-
A	0,5	-	8.549.535	8.549.535	-	17.279.748	17.279.748
B	1,0	19.457	59.415.603	59.435.060	67.949	69.289.810	69.357.759
C	3,0	189.960	28.615.031	28.804.991	126.846	12.175.031	12.301.877
D	10,0	104.145	3.887.538	3.991.683	912.326	4.526.439	5.438.765
E	30,0	228.752	3.422.958	3.651.710	419.141	1.116.502	1.535.643
F	50,0	349.726	455.382	805.108	135.418	479.033	614.451
G	70,0	235.474	386.690	622.164	346.585	903.201	1.249.786
H	100,0	1.943.969	3.651.628	5.595.597	898.032	1.903.555	2.801.587
		3.071.483	108.384.365	111.455.848	2.906.297	107.673.319	110.579.616

c. Composição do não circulante por ano de vencimento

Ano	30/06/2024	31/12/2023
2024	-	-
2025	21.232.772	21.614.534
2026	15.387.306	8.247.664
2027	4.384.635	3.404.444
2028 a 2030	464.716	255.255

d. Créditos baixados como prejuízo

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresentem atraso superior a esse prazo, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial.

Em 30 de junho de 2024, os créditos baixados como prejuízo e registrados em conta de compensação montam R\$ 10.164.742 (R\$ 7.161.207 em 30 de junho 2023). Em 30 de junho de 2024, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 490.995 (R\$ 332.171 em 30 de junho 2023), registrados em outros ingressos operacionais (nota 18).

8 Outros Ativos Financeiros

Descrição	30/06/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Avais e fianças honrados	588.571		588.571	490.670		490.670
Outras rendas a receber (i)	363.501		363.501	19.889		19.889
Devedores por compra de valores e bens	58.541	36.477	95.018	62.000	36.307	98.307
	1.010.613	36.477	1.047.090	572.559	36.307	608.866

(i) Trata-se de provisão de juros sobre o capital integralizado na CrediSIS Central, com provisão para recebimento no final do exercício.

9 (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

a. Composição por tipo de Operação

Descrição	30/06/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(6.596.977)	(2.832.621)	(9.429.598)	(4.247.184)	(1.890.084)	(6.137.268)
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(565.163)	(17.303)	(582.466)	(408.131)	(23.517)	(431.648)
	(7.162.140)	(2.849.924)	(10.012.064)	(4.655.315)	(1.913.601)	(6.568.916)

b. Movimentação das provisões esperadas associadas ao risco de crédito

	30/06/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(6.568.916)	(5.943.991)
Créditos baixados para prejuízo	1.972.249	3.522.302
Constituição da provisão para perdas em operações de crédito	(5.097.651)	(3.697.895)
Constituição da provisão para perdas em outros créditos	(317.746)	(454.719)
Reversão de provisão para perdas em outros créditos	-	5.387
Saldo final	(10.012.064)	(6.568.916)

10 Outros Ativos

Descrição	30/06/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Adiantamentos e antecipações salariais	41.980		41.980	17.739		17.739
Adiantamentos por conta de imobilizações	34.000		34.000	13.491		13.491
Pagamentos a ressarcir	69.620		69.620	78.486		78.486
Devedores diversos - País	160.504		160.504	221.601		221.601
Material em estoque	8.329		8.329	8.272		8.272
Ativos não financeiros mantidos para venda – recebidos (i)	-	1.549.457	1.549.457	-	1.513.182	1.513.182
(-) Provisão para desvalorização de ativos não financeiros	-	(24.000)	(24.000)	-	(24.000)	(24.000)
Despesas antecipadas	117.188		117.188	51.581		51.581
	431.621	1.525.457	1.957.078	391.170	1.489.182	1.880.352

(i) Trata-se de bens recebidos em dação de pagamentos para liquidação de operações de crédito.

11 Imobilizado de uso e intangível

Descrição	Taxa anual de depreciação / amortização	30/06/2024			31/12/2023
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso					
Imobilizações em curso	-	221.995	-	221.995	-
Instalações	10%	27.000	(6.975)	20.025	21.375
Móveis e equipamentos	De 10% a 20%	2.254.186	(1.227.853)	1.026.333	1.055.238
Veículos	20%	450.728	(148.586)	302.142	321.552
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	862.238	(468.085)	394.153	427.875
Imóveis	4%	867.300	(530.043)	337.257	358.939
		4.683.447	(2.381.542)	2.301.905	2.184.979
Intangível					
Sistemas de processamento de dados	20%	144.770	(71.583)	73.187	46.201
		4.828.217	(2.453.125)	2.375.092	2.231.180

12 Depósitos

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Depósitos à vista	37.580.321	34.061.327
Depósitos a prazo (i)	60.010.396	46.192.038
	97.590.717	80.253.365

- (i) Os depósitos a prazo são remunerados por encargos financeiros calculados com base no CDI e podem ser contratados em prazos de vencimento variados. Em 30 de junho de 2024, foram registrados R\$ 4.153.272 (R\$ 4.795.154 em 30 de junho de 2023) no resultado em operações de captação no mercado, substancialmente de depósito a prazo.

13 Recursos de aceite e emissão de títulos

<u>Descrição</u>			<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio	23.953.608	4.434.050	28.387.658	21.167.691
	23.953.608	4.434.050	28.387.658	21.167.691

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 10.931/2004). São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI – Certificado de Depósitos Interbancários, registrados no resultado, no grupo de “Operações de captação no mercado”

14 Relações Interfinanceiras

Descrição	30/06/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Obrigações junto a participantes de sistema de liquidação e de arranjo de pagamento	556.276		556.276	-	-	-
Repasses interfinanceiros (i)	2.570.484	11.980.006	14.550.490	1.872.393	7.399.091	9.271.484
	3.126.760	11.980.006	15.106.766	1.872.393	7.399.091	9.271.484

- (i) Recursos tomados em instituições financeiras na forma de Depósito Interfinanceiro Rural (DIR), tendo como garantia aplicações interfinanceiras de liquidez realizadas pela CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda. Possui remuneração média de 8,30% a.a. e vencimento final jun/2026. No primeiro semestre de 2024, foram registrados R\$ 723.514 (R\$ 5.115 em 30 de junho de 2023) no resultado em operações de empréstimos, cessões e repasses.

15 Outras Obrigações

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Sociais e estatutárias:		
Juros sobre o capital	937.865	-
Fundo de assistência técnica, educacional e social (i)	132.778	132.778
Gratificações e participações a pagar	73.869	87.631
Sobras a distribuir	54.196	31.589
Quotas de capital a pagar	<u>482.417</u>	<u>515.236</u>
	<u>1.681.125</u>	<u>767.234</u>
Diversas:		
Cheques administrativos	-	1.500.000
Provisão para pagamentos a efetuar	1.147.052	831.159
Credores diversos no País (ii)	<u>303.791</u>	<u>24.606</u>
	<u>1.450.843</u>	<u>2.355.765</u>
Outros passivos	-	80
	<u>3.131.968</u>	<u>3.123.079</u>

- (i) O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme a Lei do Cooperativismo e normas do BACEN

16 Passivos Contingentes

No desenvolvimento de suas operações a Cooperativa está sujeita a certos riscos, representados por ações tributárias, cíveis e processos trabalhistas, que são discutidas nas esferas administrativa e judicial. A Cooperativa não possui processos que indicam perda provável ou possível em 30 de junho de 2024.

17 Patrimônio Líquido

a. Capital Social

É representado pelas integralizações de 6.766 e 6.625 cooperados em 30 de junho de 2024 e de 2023, respectivamente. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas quotas-partes. No primeiro semestre de 2024, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 546.273 (R\$ 217.599 no primeiro semestre de 2023), também houveram integralizações por meio de distribuição de sobras no primeiro semestre de 2024 e 2023, sendo R\$ 1.021.683 e 146.996, respectivamente, e também ocorreram devoluções nestes períodos, no montante de R\$ 437.415 e R\$ 815.763, respectivamente.

O capital social é de R\$ 18.841.464 e de R\$ 15.426.489 em 30 de junho de 2024 e de 2023, respectivamente.

b. Reserva Legal

Tem como finalidade reparar perdas eventuais e futuras e atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa, o percentual de destinação das sobras é de 10%.

c. Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas ou apropriadas conforme o Estatuto Social da Cooperativa, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). As sobras acumuladas do exercício de 2023 foram distribuídas aos seus associados, sendo integralizados no capital social.

18 Rendas de operações de crédito

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Rendas de empréstimos	9.086.247	7.039.503
Rendas de direitos creditórios descontados	2.260.029	2.663.077
Rendas de financiamentos rurais	562.624	53.421
Rendas de financiamentos	502.614	360.793
Rendas de adiantamento a depositantes	86.927	166.039
	<u>12.498.441</u>	<u>10.282.833</u>
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (nota 7d)	<u>490.995</u>	<u>332.171</u>
	<u>12.989.436</u>	<u>10.615.004</u>

19 Ingressos de prestação de serviços e tarifas

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Rendas de outros serviços	1.283.996	1.006.869
Rendas de cobrança	147.909	171.316
	<u>1.431.905</u>	<u>1.178.184</u>
Rendas de serviços prioritários – PF	11.959	15.265
Rendas de tarifas bancárias – PJ	6.608	11.540
	<u>18.567</u>	<u>26.806</u>
	<u>1.450.472</u>	<u>1.204.990</u>

20 Dispêndios de pessoal e honorários

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Despesas de pessoal - proventos	(1.964.503)	(1.255.187)
Despesas de pessoal - encargos sociais	(706.569)	(569.855)
Despesas de pessoal - benefícios	(648.586)	(544.866)
Despesas de honorários - Conselho Adm e Diretoria	(158.604)	(355.838)
Despesas de honorários - Conselho Fiscal	(51.456)	(51.492)
Despesas de pessoal - treinamentos	(25.522)	(112.109)
	<u>(3.555.240)</u>	<u>(2.889.347)</u>

21 Dispêndios administrativos

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Rateio de despesas da Central (nota 25.1)	(2.193.985)	(2.285.609)
Serviços do sistema financeiro	(515.511)	(583.580)
Outras despesas administrativas	(315.347)	(299.558)
Aluguéis	(248.509)	(195.169)
Transporte	(240.125)	(322.232)
Serviços de terceiros e serviços técnicos especializados	(171.574)	(82.490)
Depreciações e amortizações	(159.822)	(183.934)
Promoções e relações públicas, propaganda, publicidade e publicações	(116.906)	(66.929)
Água, energia e gás	(76.043)	(61.982)
Manutenção, conservação de bens e material	(75.260)	(191.993)
Processamento de dados	(46.536)	(31.687)
Seguros	(40.024)	(41.532)
Comunicações	(21.137)	(15.066)
Viagem no país	(18.132)	(2.315)
Serviços de vigilância e segurança	(16.510)	(28.903)
	<u>(4.255.421)</u>	<u>(4.392.979)</u>

22 Outros ingressos e receitas operacionais

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Participações em coligadas - CrediSIS Central (nota 25.1)	339.746	1.148.167
Outras rendas operacionais	339.657	333.725
Rendas de créditos por avais e fianças honrados	46.715	10.268
Recuperação de encargos e despesas	12.111	279.296
	<u>738.229</u>	<u>1.771.456</u>

23 Outros dispêndios operacionais

Descrição	30/06/2024	30/06/2023
Despesas de descontos concedidos em renegociações	(31.763)	(237.692)
Fundo de Contingência (nota 25.1)	(14.041)	(25.349)
Despesas de cessão de operações de crédito	(6.374)	(2.584)
Outras despesas operacionais	(350)	-
	<u>(52.528)</u>	<u>(265.625)</u>

24 Outras receitas e despesas

Descrição	30/06/2024	30/06/2023
Receitas não operacionais		
Lucros na alienação de valores e bens	6.776	2.200
Ganhos de capital	1.565	1.153
Outras rendas não operacionais	<u>7.490</u>	<u>6.623</u>
	<u>15.831</u>	<u>9.976</u>
Despesas não operacionais		
Prejuízos na alienação de valores e bens	(3.903)	(67.494)
Perdas de capital	(32.750)	(12.564)
Outras despesas não operacionais	<u>(12.667)</u>	<u>(46.727)</u>
	<u>(49.320)</u>	<u>(126.785)</u>
	<u>(33.489)</u>	<u>(116.809)</u>

25 Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa (Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Fiscal). As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica, e são assim resumidas nos exercícios:

Descrição	30/06/2024	30/06/2023
Principais saldos:		
Ativo		
Operações de crédito	974.896	1.676.915
Passivo		
Depósitos à vista e a prazo	21.050.991	17.786.369
Patrimônio líquido		
Capital social	1.405.276	1.203.933
Principais operações:		
Ingressos com operações de crédito	120.208	150.454
Dispêndio com captações	(863.872)	(1.107.106)
Benefícios:		
Honorários	122.130	321.731
Cédulas de presença	87.930	96.834

25.1 CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda.

A CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda. representa suas associadas perante os organismos governamentais e privados ligados ao cooperativismo e às instituições financeiras.

a Atribuições estatutárias

CREDISIS - Central de Cooperativas de Crédito Ltda. (“Cooperativa Central”) tem por objetivos organizar em comum e em maior escala do capital e dos serviços econômico financeiro e assistências de interesse das associadas, supervisionando, integrando, orientando e auditando suas atividades; proporcionar através da mutualidade, assistência financeira às associadas, com a finalidade de fortalecer o Sistema CrediSIS; promover o aprimoramento técnico, capacitando os ocupantes de cargos estatutários, funcionários e corpo de associados; e representar suas associadas perante as autoridades monetárias, as instituições financeiras, os organismos governamentais, inclusive, para firmar convênios e contratos de interesse. A Cooperativa Central está sediada em Ji-Paraná RO e tem sua área de ação nos Estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rio Grande do Sul e Rondônia.

b Saldos das transações da Cooperativa com a CrediSIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda. nos exercícios:

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
Principais saldos:		
Ativo circulante		
Relações interfinanceiras (nota 6)	53.478.656	23.946.324
Outros ativos financeiros	339.746	-
Ativo não circulante		
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	6.597.145	6.406.579
Passivo circulante		
Relações interfinanceiras (nota 14)	2.570.484	1.872.393
Passivo exigível a longo prazo		
Relações interfinanceiras (nota 14)	11.980.006	7.399.091
	30/06/2024	30/06/2023
Principais operações:		
Ingressos		
Ingressos com intermediação financeira (nota 6)	1.828.526	2.628.750
Resultado de participações em coligadas e controladas (nota 22)	339.746	1.148.167
Dispêndios		
Relações interfinanceiras (nota 14)	(723.514)	(5.115)
Outros dispêndios e despesas administrativas (nota 21)	(2.193.985)	(2.285.609)
Outros dispêndios e despesas operacionais (nota 23)	(14.041)	(25.349)

26 Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência Simplificado (PRs5), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.606/2017, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	30/06/2024	30/06/2023
Patrimônio de referência (PR)	24.009.300	25.109.491
Ativo ponderado pelo risco (RWAS5)	113.539.586	57.357.927
Índice de Basileia	21%	44%

27 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de Riscos

O Sistema CrediSIS atribui alta prioridade ao gerenciamento de riscos e capital em todas as suas atividades e operações. Para esse fim, mantém uma estrutura centralizada de gerenciamento de riscos na CrediSIS Central, cuja missão abrange a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação de riscos tanto na Central quanto em suas filiais. Entre os principais riscos abordados estão o risco operacional, risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado, risco social, ambiental e climático (SAC), gestão de continuidade de negócios e a gestão de capital.

A estrutura de gerenciamento de riscos e capital é cuidadosamente alinhada com o modelo de negócios da organização, a natureza de suas operações e a complexidade dos produtos, serviços, atividades e processos realizados. Isso é feito com o objetivo de garantir a solidez e a continuidade do Sistema CrediSIS ao longo do tempo.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017, o relatório completo da estrutura de gerenciamento de riscos da Cooperativa está disponível no site www.credisis.com.br, sob a seção "Sobre o CrediSIS/Gerenciamento de Riscos". De forma resumida, as principais áreas de gerenciamento de riscos são as seguintes:

a. Risco Operacional:

Este aspecto abrange a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos decorrentes de falhas, deficiências ou inadequações em processos, pessoas, sistemas, aspectos legais e regulatórios, tanto de fontes internas quanto externas.

b. Risco de Crédito:

O gerenciamento de risco de crédito visa aprimorar os processos de concessão de crédito, melhorando a qualidade da carteira de crédito. Isso é feito por meio da identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação do risco de crédito, com o objetivo de antecipar potenciais perdas decorrentes do não cumprimento das obrigações financeiras dos cooperados nos termos acordados.

c. Risco de Liquidez:

O gerenciamento do risco de liquidez foca na identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação do risco de não ser capaz de cumprir os compromissos esperados e inesperados sem prejudicar as operações diárias ou incorrer em perdas, mantendo um alinhamento entre os fluxos de pagamento e recebimento.

d. Risco de Mercado:

Este aspecto envolve a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação do impacto das variações nos valores de mercado dos instrumentos mantidos pelo Sistema CrediSIS em sua centralização financeira, de acordo com suas políticas.

e. Risco Social, Ambiental e Climático (SAC):

O gerenciamento de risco SAC se concentra na identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação das possíveis perdas decorrentes de violações de direitos coletivos, impactos ambientais, uso inadequado de recursos naturais e mudanças climáticas causadas pelas ações das cooperativas do Sistema CrediSIS, seus cooperados, fornecedores e prestadores de serviço.

f. Risco de Conformidade:

O risco de conformidade envolve a possibilidade de não cumprimento de normas legais, regulatórias e éticas. A cooperativa adota medidas rigorosas para identificar, avaliar e mitigar tais riscos, assegurando que todas as operações estejam em conformidade com leis e regulamentos. Isso inclui a implementação de procedimentos de monitoramento, controle e uma cultura organizacional focada na conformidade. O objetivo é evitar sanções, preservar a reputação e manter a confiança de cooperados e partes interessadas, com relatórios transparentes demonstrando o compromisso com a conformidade.

g. Risco de Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo:

Este risco inclui a utilização de produtos e serviços para fins de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo. Com isso, o Sistema CrediSIS mantém estrutura para avaliação destes produtos e serviços, considerando os aspectos de prevenção à lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e sua conformidade com normativos específicos. São mantidos monitoramentos e inspeções das transações realizadas utilizando os serviços de conta do CrediSIS e relatórios gerenciais que permitem a identificação de melhorias na estratégia desta estrutura de gerenciamento.

h. Gestão de Continuidade do Negócio:

A política de Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) estabelece diretrizes, princípios e a estrutura necessária para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar eventuais perdas, interrupções em atividades críticas e eventos extraordinários. Isso garante a resposta adequada e a recuperação dos processos críticos, assegurando a continuidade das operações do Sistema CrediSIS.

i. Gerenciamento de Capital:

Com o objetivo de atender aos objetivos estratégicos do Sistema CrediSIS, a gestão de capital identifica, mensura, avalia, monitora, reporta, controla e mitiga continuamente as exposições a riscos esperados e inesperados, garantindo o cumprimento dos requisitos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), Patrimônio de Referência de Nível I e de Capital Principal.

28 Seguros contratados

A administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Paulo Henrique Gonçalves Lima

Presidente

Rodrigo Cassiano dos Santos

Contador CRC: RO009276/O-4

Katyane de Almeida

Diretora Administrativa Financeira

*** fim ***